

## O preço do conto do cruzado

Ricardo Noblat

O que foi a reforma econômica conhecida como o Plano Cruzado se não um formidável logro? O conto da inflação suíça, próxima do zero, combinada com o desenvolvimento japonês, um dos mais altos do mundo, foi aplicado com sucesso em mais de 120 milhões de pessoas que acreditaram na existência do paraíso, tal como está nos catecismos. Não importa que o plano tenha furado por culpa de uma gerência desastrada ou incompetente. Da forma como foi oferecido à consideração nacional, tinha que dar errado. Como deu.



Deu certo, durante alguns meses, para que o presidente da República imaginasse ter conquistado, afinal, a legitimidade do mandato que o voto direto jamais lhe daria. E deu certo, também, para que o PMDB colhesse nas urnas uma vitória sem paralelo na história política dos outros povos. O preço mais evidente do cruzado foi o quase esgotamento das nossas reservas de divisas que despencaram, em menos de um ano, de 12 bilhões de dólares para 3,5 bilhões.

Inventou-se, no ano passado, a moratória de parte dos juros da dívida externa para disfarçar a falência do país. A moratória foi revogada menos de um ano depois sem que tivesse servido para grande coisa — salvo para conferir ao Brasil, lá fora, a fama de caloteiro. A fatura do cruzado não foi e não será, de vez, inteiramente resgatada, como se vê. Ainda agora, no âmbito da Constituinte, ela continua produzindo reflexos. Não impediu, como deveria, que o presidente ganhasse o mandato de 5 anos.

Mas o que significa o elenco de emendas que propõe a anistia da dívida contraída por micro e pequenos empresários nos últimos dois anos se não consequência direta do conto aplicado no dia 28 de fevereiro de 1986? Milhares de cidadãos tomaram dinheiro emprestado nos bancos porque acreditaram que valia a pena apostar no país da moeda revigorada e da inflação extinta. Deram com a cara na parede. Querem, agora, ter sua dívida perdoada. Ocorre que não foram os únicos que perderam — perdemos quase todos.

Não é justo, portanto, que uma boa parte dos que perderam, e que ainda pagam, pague a cota do logro de outros que não querem pagar. O rombo que sofrerá o tesouro, caso as emendas sejam aprovadas, recairá sobre os contribuintes indefesos que não têm como escapar ao apetite da Receita Federal. Eles pagarão

mais impostos. Quem deseja isso? De resto, como ficarão os micros e pequenos empresários que se apertaram, sacaram o pouco que tinham, mas que honraram os empréstimos tomados? Terão seu dinheiro de volta?

A fusão das emendas que patrocinam a anistia resultou, ontem, em uma fórmula que será levada ao exame do ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda. A fórmula prevê o cancelamento da correção monetária da dívida até o momento de sua liquidação — no máximo, 180 dias após a promulgação da nova Constituição. Não perdoa o débito principal e os juros pactuados. Estende o benefício aos micros e pequenos empresários urbanos e aos pequenos e médios produtores rurais de todo o país.

Deixa de fora os médios empresários urbanos. O ministro irá projetar o custo da fórmula obtida. Assustado com a aprovação, quase certa, das emendas em seus termos originais, o governo está inclinado em baixar um decreto concedendo parte do que a Constituinte ameaça conceder. No fim, alguma coisa sempre será paga pelo cidadão que não é nem micro, nem pequeno, nem médio empresário, que não foi consultado para a confecção do Plano Cruzado, e que não se sente responsável por um governo que dispensa seu voto.

O troco do logro do cruzado poderá ser dado nas eleições municipais de novembro, se elas não forem adiadas. Ou nas eleições presidenciais do próximo ano, se elas de fato ocorrerem.

**Sarney hesita** — Estava certo, agora não está mais. O presidente José Sarney hesita em fazer o roque que deslocaria o ministro Paulo Brossard para o Supremo Tribunal Federal e que transferiria de lá, para o ministério da Justiça, o jurista Oscar Dias Correia. Sarney teme o caráter casuístico da operação. Modelo parecido foi empregado quando ele convidou para assessor especial o ex-deputado Thales Ramalho. Conseguiu, com isso, a abertura de uma vaga no Tribunal de Contas da União, e ali empregou seu amigo Marcos Vinícius Vilaça.

**Fiúza na cabeça** — Um emissário de Sarney sondou o deputado Ricardo Fiúza, um dos líderes do "Centrão", sobre seu possível interesse de vir a ser candidato a presidente do PFL com o apoio do governo. Fiúza, no primeiro momento, gostou da idéia. Mas prefere ser promovido a ministro. Está de olho no governo de Pernambuco. Sarney quer ver o senador Marco Maciel defenestrado da presidência do PFL. Sem fazer barulho, Maciel votou no mandato de quatro anos.

**Destinatário** — Do deputado Ulysses Guimarães: "A Constituição que estamos fazendo é mais para a Freguesia do Ó do que para o Morumbi."